



PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI nº 191/2024

AUTORIA: Vereadora Mirelle Cristina de Araújo Bueno

EMENTA: Institui e dispõe sobre: permitir à pessoa com Transtornos de Espectro Autista (TEA) o ingresso e a permanência em qualquer local portando utensílios, alimentos para consumo próprio e objetos para fins de suporte emocional no âmbito do município de Pirassununga

Ab initio, impende salientar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica Legislativa não substitui o parecer das Comissões especializadas, porquanto estas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

A propositura versa sobre matéria de competência do município em face do interesse local. Encontrando lastro jurídico no art. 30, I da Constituição Federal de 1988, bem como dá materialidade ao princípio constitucionalmente da isonomia.

Da mesma foma como norma de repetição obrigatória da Constituição Federal, o Art. 25 da Lei Orgânica do Município de Pirassununga dispõe sobre a competência da Câmara dos Vereadores nos seguintes termos:

Art. 25. Cabe à Câmara de Vereadores, com a sanção do Prefeito, dispensada está nos casos do art. 26, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I – assuntos de interesse local, inclusive suplementando as legislações federal e estadual.

Salienta-se ainda o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tendo sua materialidade ampliada por este dispositivo legal.



Assim entendo pela regularidade formal do projeto.

Por isso, reputo constitucional e legal a Propositura em comento juridicamente apta a tramitar nesta Câmara Municipal.

É o parecer salvo melhor juízo.

Pirassununga, 25 de março de 2025.

Diogo Cano Montebelo
OAB/SP nº 336.440



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=A0929GG8724405EG>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: A092-9GG8-7244-05EG

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Relatório Jurídico N° 2 ao Projeto de Lei N° 191/2024 - PROTOCOLO: - - - CHAVE PARA VALIDAÇÃO: A092-9GG8-7244-05EG